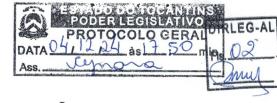
À Publicação a posteriormente à Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

Em 10 1 LR 1 Dobb





Cynara Amorim Guimarães Aux. Legislativo Mat. 291

GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

## PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR № 3, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2024.

Revoga dispositivo da Lei Complementar  $n^{0}$  83, de 4 de setembro de 2012.

## O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS

Faço saber que a **ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO TOCANTINS** decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica revogada a alínea "b" do inciso II do  $\S 2^{\circ}$  do art.  $2^{\circ}$  da Lei Complementar nº 83, de 4 de setembro de 2012.

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Araguaia Governador José Wilson Siqueira Campos, em Palmas, aos 4 dias do mês de dezembro de 2024,  $203^{\circ}$  da Independência,  $136^{\circ}$  da República e  $36^{\circ}$  do Estado.

WANDERLEI BARBOSA Assinado de forma digital por WANDERLEI BARBOSA CASTRO:34277323120 CASTRO:34277323120 Dados: 2024.12.04 16:08:08 -03:00'

WANDERLEI BARBOSA CASTRO
Governador do Estado





GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

Cynara Amorim Guimarães Aux. Legislativo Mat. 291



MENSAGEM Nº 83.

Palmas, 4 de dezembro de 2024.

A Sua Excelência o Senhor Deputado Estadual **AMÉLIO CAYRES DE ALMEIDA** Presidente da ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO TOCANTINS N E S T A

Senhor Presidente,

Encaminho, por intermédio de Vossa Excelência, à deliberação dessa Augusta Assembleia Legislativa, o Projeto de Lei Complementar  $n^{0}$  3, de 4 de dezembro de 2024, que revoga a alínea "b" do inciso II do §  $2^{0}$  do artigo  $2^{0}$  da Lei Complementar  $n^{0}$  83, de 4 de setembro de 2012, que dispõe sobre o Colégio da Polícia Militar do Estado do Tocantins e adota outras providências.

Trata-se de propositura que visa assegurar a conformidade da legislação estadual aos princípios constitucionais que garantem igualdade de oportunidades na educação pública. A norma atual, ao exigir concurso anual para acesso aos colégios da Polícia Militar, restringe o ingresso de pretensos estudantes, especialmente aqueles em situação de maior vulnerabilidade social, o que evidencia desacordo com os valores de universalidade da educação e equidade previstos na Constituição Federal.

Nesse sentido, a revogação proposta visa promover critérios de ingresso mais inclusivos, em consonância com o artigo 206 da Constituição Federal e o artigo 3º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996). Ao substituir o atual critério seletivo por parâmetros que considerem a proximidade da residência do aluno à instituição e a possibilidade de continuidade dos estudantes oriundos de escolas militares de ensino fundamental, a medida promove a democratização e a ampliação da inclusão no sistema educacional estadual.

À vista das considerações postas, submeto a matéria ao discernimento dessa Egrégia Casa de Leis, solicitando regime de urgência na tramitação, nos termos do art. 28 da Constituição do Estado, e dos incisos II e VII do §1º do art. 132 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa.

Atenciosamente,

WANDERLEI BARBOSA CASTRO:34277323120 Assinado de forma digital por WANDERLEI BARBOSA CASTRO:34277323120 Dados: 2024.12.04 16:00:46 -03'00'

WANDERLEI BARBOSA CASTRO Governador do Estado